Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

2/2014

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO MONITÓRIA

Cabimento

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO MONITÓRIA. INCABIMENTO. A confissão de dívida pelo réu acerca das contribuições assistenciais por meio do "Acordo" de fl. 38 o faz título executivo extrajudicial, dando ensejo ao ajuizamento de uma ação executória, nos termos do art. 877-A da CLT e do art. 585, II, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo trabalhista. A ação monitória não é a medida judicial pertinente, porquanto esta objetiva a formação de um título executivo. Todavia, o autor já o possui, sendo mesmo desnecessário o seu ajuizamento. Correto o direcionamento adotado na primeira instância, que reconheceu ser o autor carecedor do direito de ação, por falta de interesse de agir, extinguindo o processo sem exame do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. (TRT/SP - 00006404520135020073 - RO - Ac. 11ªT [20140123797](#) - Rel. ADRIANA PRADO LIMA - DOE 25/02/2014)

APOSENTADORIA

Efeitos

RESCISÃO CONTRATUAL. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO. LEI Nº 9.656/98. A intenção do legislador foi a de garantir aos empregados dispensados em virtude de aposentadoria ou sem justa causa o direito à manutenção do plano de saúde em idênticas condições de cobertura assistencial que usufruíam quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumam o seu pagamento integral. Recurso dos reclamados ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00009103120135020021 - RO - Ac. 8ªT [20140083493](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 17/02/2014)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Indeferimento. Apelo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. A declaração de pobreza, assinada pelo próprio reclamante, foi lavrada nos termos da lei e juntada aos autos com a petição inicial, não havendo prova capaz de infirmar seu teor. Benefício da justiça gratuita concedido. RECURSO ORDINÁRIO. TRABALHADOR AVULSO. PRAZO PRESCRICIONAL. É aplicável a prescrição bienal ao trabalhador avulso, nos termos do artigo 7º, do inciso XXIX, da Constituição Federal, contado do término de cada relação de trabalho formada, porquanto referido dispositivo estabelece igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso e, no presente caso, a pretensão do reclamante encontra-se irremediavelmente prescrita, cabendo a extinção do feito com julgamento do mérito. Aplicação da OJ 384, do C. TST e do art. 269, IV, c/c parágrafo 5º, do art. 219, ambos do CPC. (TRT/SP - 00020744820125020447 - AIRO - Ac. 3ªT [20140167557](#) - Rel. MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS - DOE 07/03/2014)

COMPETÊNCIA

Aposentadoria. Complementação

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. COMPETÊNCIA. No recente julgamento do Recurso Extraordinário nº 586.453, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reconheceu ser da Justiça Comum a competência material para julgamento de ações que versem sobre complementação de aposentadoria e modulou os efeitos da decisão para reconhecer a competência da justiça trabalhista para a execução de todas as causas da espécie que hajam sido sentenciadas, até a data da prolação da decisão, ou seja, 20/02/2013. A partir desta data, deverá ser declarada a incompetência material desta justiça para apreciar a matéria, remetendo-se os autos à Justiça Comum. (TRT/SP - 01629009220095020046 - RO - Ac. 3ªT [20140062399](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 11/02/2014)

Incompetência absoluta material desta Justiça Especializada, para julgar causas que discute complementação de aposentadoria. Diante da novel decisão proferida pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, para os Recursos Extraordinários de nºs 586.453 e 583.050, de autoria da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros) e do Banco Santander Banespa S/A, foi reconhecida a competência da Justiça Comum para processar e julgar pleitos relativos à complementação de aposentadoria decorrentes de contrato de previdência complementar privada, isto em sessão realizada em 20/02/13, e por ter tal julgamento a repercussão geral, passo a adotar tal posicionamento. No caso, a decisão primígena veio a ser proferida antes desta data, não se justificando o envio da reclamatória à uma das Varas da Justiça Cível (TRT/SP - 00023363720115020025 - RO - Ac. 4ªT [20131361494](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 10/01/2014)

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. INCOMPETÊNCIA DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. Considerando o recente julgamento dos Recursos Extraordinários nº 586453 e 583050, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, decidiu competir à Justiça Comum julgar processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada, ressalvando, entretanto, a modulação dos efeitos desta decisão, uma vez definido que os processos com sentença de mérito até a data do julgamento pelo STF permanecerão na Justiça do Trabalho, ou seja, os processos em trâmite nesta Especializada, sem sentença de mérito até 20/02/2013, deverão ser remetidos à Justiça Comum, hipótese em tela. Recurso improvido. (TRT/SP - 00019913620125020090 - RO - Ac. 12ªT [20131324653](#) - Rel. SONIA MARIA PRINCE FRANZINI - DOE 10/01/2014)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano material por doença ocupacional

Doença do trabalho. Reparações. A doença do trabalho enseja reparação por danos materiais decorrente do comprometimento da capacidade laborativa do trabalhador, além das despesas com tratamento e remédios, bem como suscita a reparação por danos morais decorrente do comprometimento da saúde, com presumível abalo de ordem emocional. (TRT/SP - 01041004620095020313 - RO - Ac. 15ªT [20131377714](#) - Rel. SILVANA ABRAMO MARGUERITO ARIANO- DOE 10/01/2014)

Indenização por dano moral em geral

DANO MORAL. PROVA DO FATO QUE LHE DEU ORIGEM. EXIGIBILIDADE. Não cabe exigir prova do dano moral, mas sim do fato que lhe deu origem, ou seja, o nexo de causalidade, pois não é possível impor ao lesado que demonstre o seu sofrimento. (TRT/SP - 02356002920085020005 - RO - Ac. 5ªT [20140114348](#) - Rel. JOSÉ RUFFOLO - DOE 27/02/2014)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Configuração

RESCISÃO INDIRETA. COMPROVADA. Restaram evidenciadas nos autos irregularidades suficientes para a manutenção da rescisão indireta decretada na origem, pois é certo que a reclamada não anotou corretamente a CTPS do autor, e que ele exercia a função de pedreiro, embora houvesse sido contratado como electricista, tendo ainda sido compelido a adquirir, por conta própria, as ferramentas necessárias ao desempenho de seu mister. Recurso da ré ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00010884120125020012 - RO - Ac. 11ªT [20140123169](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 25/02/2014)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

Legitimidade passiva de sócios. Se a devedora principal não quita as dívidas trabalhistas, os sócios podem ser instados a fazê-lo, diante da natureza alimentar do referido crédito. Agravo de petição improvido. (TRT/SP - 00001527520135020078 - AP - Ac. 3ªT [20140164264](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI - DOE 07/03/2014)

FALÊNCIA

Recuperação Judicial

Empresa em recuperação judicial. Arrematação em hasta pública. Inexistência de sucessão. O Excelso STF, quando do julgamento da ADI 3934/DF, declarou constitucionais as disposições contidas nos arts. 60, parágrafo único, e 141, II, da Lei 11.101/05, no ponto em que preconizam a inoccorrência de sucessão na hipótese de alienação judicial em processo de recuperação judicial e/ou falência. Nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/05, o objeto da alienação efetuada em plano de recuperação judicial estará livre de quaisquer ônus, não se caracterizando a sucessão empresarial do arrematante, o que isenta o comprador das dívidas e obrigações contraídas pelo devedor, inclusive no que tange a créditos de natureza trabalhista (TRT/SP - 00000961820105020314 - RO - Ac. 16ªT [20140172011](#) - Rel. ORLANDO APUENE BERTÃO - DOE 10/03/2014)

HONORÁRIOS

Advogado

Honorários advocatícios. Jus postulandi. Para as demandas decorrentes da relação de emprego, permanece em vigor nesta Justiça especializada o jus postulandi das partes (art. 791, CLT) e o pagamento de honorários advocatícios somente quando houver assistência do sindicato profissional (art. 16, Lei 5.584/70). Assim, não verificada esta situação, mostra-se indevida a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios despendidos pelo

reclamante (Súmula 219, TST), notadamente porque a postulação por meio de advogado é faculdade da parte, não atraindo a aplicação das disposições do Código Civil de 2002 sobre a matéria, notadamente a contida no seu art. 404. (TRT/SP - 00006713020115020463 - RO - Ac. 8ªT [20140116154](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 24/02/2014)

HORÁRIO

Compensação. Mulher

Intervalo do art. 384, da CLT. O intervalo de 15 minutos em caso de prorrogação de jornada destina-se, exclusivamente, às mulheres, conforme a literalidade do art. 384, da Consolidação das Leis do Trabalho, dispositivo inserto no Capítulo III, da CLT, que dispõe especificamente sobre a "Proteção do Trabalho da Mulher". Não há ofensa alguma à isonomia (CF. art. 5o, I), porquanto se trata de disposição própria a dar tratamento diferenciado para as mulheres, justamente em virtude de sua compleição física mais frágil, condição especial que lhes impõe maior desgaste pelo trabalho extraordinário. (TRT/SP - 00006611920105020043 - RO - Ac. 6ªT [20140030748](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 07/02/2014)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

"ARTIGO 62, I, DA CLT. TRABALHO EXTERNO. ENQUADRAMENTO NA EXCEÇÃO NÃO COMPROVADO. A previsão contida no inciso I do artigo 62 da CLT quanto aos empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, por se tratar de exceção à regra, exige prova robusta no sentido de não ser possível qualquer tipo de controle da jornada de trabalho do reclamante. Recurso não provido." (TRT/SP - 00023657520115020029 - RO - Ac. 3ªT [20140000261](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI - DOE 10/01/2014)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Configuração

Periculosidade. Contato com tanque de isoparafina. Material inflamável. Lavagem de peças. O contato habitual com tanque de substância inflamável (isoparafina) na lavagem de peças configura periculosidade, porque implica o contato com a área de risco em que o material inflamável é armazenado (Portaria MTE 3.214/78, NR-16, anexo 2, item 3, "s"). (TRT/SP - 00016940220115020466 - RO - Ac. 6ªT [20140030721](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 07/02/2014)

Enquadramento oficial. Requisito

"Adicional de insalubridade - ruído. A princípio é importante frisar que, de acordo com os princípios da persuasão racional ou do livre convencimento (art. 131, do CPC), o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos (CPC, artigo 436). Na hipótese dos autos, não merece ser acolhida a conclusão trazida pelo Expert. De acordo com o trabalho técnico realizado, o Sr. Perito concluiu que o reclamante no exercício da função de fiscal de tributos fazia jus ao adicional de insalubridade em grau médio por exposição a níveis de ruído acima do limite de tolerância (85dB), consoante o anexo I da NR15 da Portaria 3214/78, pelo fato de dirigir motocicleta durante a jornada de 8 horas. Ocorre que, conforme verificação das atribuições do

autor (item 3.2 do laudo) pelo próprio Perito, o reclamante não passava a integralidade da jornada dirigindo motocicleta. Dessa maneira, a apuração do ruído em percentual de 86,7 dB, não se mostra suficiente para a caracterização do ambiente insalubre, sobretudo porque o anexo 1 da NR 15 da Portaria nº 3214/78, dispõe que o limite de 86 dB deve ser considerado em uma jornada de até 7 horas. Assim, não há prova de que no exercício da função de fiscal de tributo, o autor estivesse exposto a ruído contínuo e intermitente por período superior a 7 horas diárias, motivo pelo qual sua função não se enquadra no item 1 do anexo 1 da NR 15. Dou provimento. Reduzo os honorários periciais para a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e que deverão ser pagos nos termos do artigo 141 da Consolidação das Normas da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Diante da improcedência do pedido restam prejudicadas as alegações recursais quanto aos juros de mora." (TRT/SP - 00014913720125020391 - RO - Ac. 10ªT [20140144484](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 27/02/2014)

MULTA

Cabimento e limites

Princípio da personificação da pena. Terceirização. Arts.467 e 477, parágrafo 8º da CLT. O princípio da personificação ou intransmissibilidade das penas, sob previsão do art. 5º, incisos XLV e XLVI da Constituição Federal, diz respeito às penas de restrição de liberdade afetas ao direito penal e quando não haja responsabilidade contratual ou extracontratual do terceiro, sendo que a culpa in eligendo e in vigilando na responsabilidade subsidiária do tomador, pela intermediação de mão-de-obra no contrato de trabalho, é de natureza aquiliana, espécie do gênero responsabilidade civil extracontratual, motivo pelo qual, plenamente, aplicáveis as multas dos art. 467 e 477, parágrafo 8º da CLT. (TRT/SP - 00008777120125020087 - RO - Ac. 15ªT [20131377803](#) - Rel. SILVANA ABRAMO MARGUERITO ABRAMO - DOE 10/01/2014)

Multa do Artigo 467 da CLT

ACRÉSCIMOS PREVISTOS NO ARTIGO 467 DA CLT. Confessada pela própria reclamada a mora no pagamento das verbas rescisórias, com acréscimo inclusive da multa prevista no artigo 477 da CLT no termo de quitação, procede a aplicação dos acréscimos previstos no artigo 467 do mesmo "Codex". Recurso ordinário do reclamante ao qual se provê, no particular. (TRT/SP - 00007344420135020444 - RO - Ac. 13ªT [20140152231](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 07/03/2014)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Convenção ou acordo coletivo

REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA FIXADA EM NORMA A redução do intervalo para refeição e descanso foi fixada na forma estabelecida pela norma coletiva da categoria. As negociações coletivas estabelecendo intervalo inferior, na forma expressamente autorizada pela Constituição Federal, são válidas e devem ser respeitadas, especialmente quando a redução trouxe benefícios ao trabalhador. Recurso Ordinário a que se dá provimento neste aspecto. (TRT/SP - 00017869220135020018 - RO - Ac. 3ªT [20140127814](#) - Rel. NELSON NAZAR - DOE 24/02/2014)

PARTE

Legitimidade em geral

ILEGITIMIDADE PASSIVA. A ação foi proposta contra a recorrente, daí que ela tem legitimidade para respondê-la. A existência ou não de responsabilidade solidária diz respeito ao mérito da demanda e não a uma das condições da ação. (TRT/SP - 00396006020095020251 (00396200925102000) - RO - Ac. 6ªT [20140032414](#) - Rel. RICARDO APOSTÓLICO SILVA - DOE 07/02/2014)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PROCESSO DO TRABALHO. INAPLICABILIDADE. É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente, conforme entendimento sedimentado na Súmula nº 114 do C. TST, valendo ressaltar que, no caso concreto, sequer houve a paralisação do feito por prazo superior a dois anos. (TRT/SP - 01323005820095020444 - AP - Ac. 17ªT [20140001314](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 15/01/2014)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Incidência. Acordo

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. O acordo entabulado pelas partes pressupõe transação recíproca de direitos que lhe são próprios, sendo cabível a pactuação apenas de verbas de natureza indenizatória, ainda que existam pleitos de cunho salarial na reclamatória. Decisão homologatória de acordo mantida. (TRT/SP - 00004389420115020281 - RO - Ac. 11ªT [20131367670](#) - Rel. SERGIO ROBERTO RODRIGUES - DOE 10/01/2014)

Contribuição. Omissão de recolhimento. Verbas objeto de condenação. Dedução do empregado

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO EMPREGADOR. DESCABIMENTO. Os descontos previdenciários do trabalhador decorrem de norma constitucional disposta no art. 195, inciso II, da Constituição Federal, razão pela qual são autorizados. No que tange aos descontos fiscais, estes também são autorizados por força da Lei 7.713/88. Não há, portanto, que se falar em responsabilidade exclusiva do empregador. (TRT/SP - 00034551020125020086 - RO - Ac. 3ªT [20140000369](#) - Rel. NELSON NAZAR - DOE 10/01/2014)

Recurso do INSS

RECURSO. AUSÊNCIA DE GRAVAME. No caso em tela, a União não se insurge quanto às parcelas discriminadas no acordo, mas, sim, quanto à forma de apuração das contribuições previdenciárias. Tendo em vista que a União não ataca a discriminação de verbas objeto do acordo, mas, tão somente, discute a forma de cálculo das contribuições previdenciárias (fato gerador), o julgamento das questões apresentadas pela União, por este órgão revisor, nas condições em que se verificaram, implicaria em evidente supressão de instância, o que é vedado. (TRT/SP - 02955009820055020052 - RO - Ac. 17ªT [20140001349](#) - Rel. SORAYA GALASSI LAMBERT - DOE 15/01/2014)

PROCESSO

Preclusão. Em geral

TEMPESTIVIDADE. INTERPOSIÇÃO DE NOVO RECURSO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. Admitir-se que a parte, que já tenha manejado um recurso, reencete a mesma medida impugnativa, implica ofensa ao princípio da unirrecorribilidade e grave violação ao instituto da preclusão. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. A Lei nº 8.666/93, declarada constitucional pelo Excelso STF, afasta a responsabilidade objetiva, direta, da Administração, no caso de inadimplemento pelo terceirizado. Mas isso não induz a desproteção do trabalhador lesado, cabendo verificar, sopesados o princípio da eventualidade e a distribuição do ônus da prova, se o ente público não concorreu, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para tal, posto obrigado a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato que tenha celebrado. E o descumprimento desses deveres, por parte de seus agentes, quando causar danos a terceiros, acarreta a sua responsabilidade subsidiária, por culpa in vigilando. Inteligência da Súmula 331, item V, do C. TST. A responsabilidade subsidiária abarca todos os encargos oriundos do contrato de trabalho, consoante o item VI da Súmula nº 331, do Órgão Superior da Justiça do Trabalho. (TRT/SP - 00014268320125020442 - RO - Ac. 2ªT [20131386829](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 10/01/2014)

PROVA

Conflito probatório

FÉ PROBATÓRIA DOS CONTROLES DE PONTO - DISCREPÂNCIAS ENTRE A CAUSA DE PEDIR E OS DEPOIMENTOS - PREDOMINÂNCIA DA PROVA DOCUMENTAL. As discrepâncias entre a causa de pedir, o depoimento pessoal da reclamante e o depoimento da testemunha, operam em desfavor da nulidade da prova documental. Não há como se concluir pela imprestabilidade dos registros de ponto, eis que apenas uma prova firme e contundente supera a fé probatória dos documentos firmados pelo trabalhador. (TRT/SP - 00006214820125020049 - RO - Ac. 2ªT [20140070235](#) - Rel. ROSA MARIA VILLA - DOE 12/02/2014)

Justa causa

JUSTA CAUSA. MOTORISTA. COLISÃO DO ÔNIBUS. CULPABILIDADE NÃO CONFIGURADA. Tratando-se de despedida por justo motivo, sendo a pena trabalhista mais severa, deve ser provada pelo(a) empregador(a), de modo a não restar dúvidas quanto à culpabilidade da conduta do obreiro. Não constam nos autos, que a empregadora tenha observado o direito constitucional de inocência do reclamante, através de realização de apuração administração imparcial, eis que não foi realizado laudo técnico, no sentido de averiguar se o freio do ônibus conduzido pelo reclamante (prefixo 20.689) estava em regular funcionamento. Com efeito, tal prova documental é de máxima importância para atestar veracidade das alegações do reclamante (doc.1576 - 6º vol.de doctos), ou, a sua culpabilidade pelo evento acidentário ocorrido, haja vista que o reclamante afirmou que a colisão do veículo se deu em razão do freio do ônibus não ter funcionado: "O condutor passou no semáforo quando ele amarelou, tentei frear, mas o freio não segurou o pedal desceu até o final e voltou, tentei desviar, mas não deu.". Assim, não se revelou, no caso vertente, que a reclamada tenha dado ao reclamante o direito à ampla defesa antes de despedi-lo, por justa causa. Na realidade, sequer houve

apuração administrativa imparcial dos fatos, visto que o reclamante afirmou em seu depoimento pessoal de fls. 86, que foi despedido, por justa causa, no mesmo dia do evento acidentário. Ademais, segundo os depoimentos das testemunhas do reclamante, a reclamada atribuía aos motoristas o ônus de proceder verificação de água, óleo e avarias do ônibus, ao invés de manter pessoal especializado em manutenção dos ônibus (vide verso de fls. 86). Havia ainda venda irregular de férias na reclamada, que sequer permitia fruição integral do intervalo, o que equivale dizer, a empregadora não concedia aos seus empregados o direito de repouso, seja por meio de gozo das férias, seja através de fruição de intervalo, que têm por finalidade a preservação da saúde e a recuperação do desgaste físico diária dos trabalhadores. Assim, conclui-se que não configurada a alegada justa causa, por desídia. Mantenho a conversão da despedida por justa causa em demissão sem justo motivo. (TRT/SP - 00033726720125020385 - RO - Ac. 4ªT [20140117860](#) - Rel. PATRICIA THEREZINHA DE TOLEDO - DOE 28/02/2014)

JUSTA CAUSA - PROVA - VALORAÇÃO. A justa causa, penalidade máxima contratual, deve ser comprovada de forma eficaz, não apenas pelo fato de macular o perfil profissional do trabalhador, mas por atentar contra o princípio da continuidade dos préstimos laborais. INTERVALO INTRAJORNADA - DESRESPEITO AO DISPOSTO NO ARTIGO 71 DA CLT - HORAS EXTRAS DEVIDAS. O artigo 71 da CLT estabelece que, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceder seis horas diárias, deve ser garantido intervalo mínimo de uma hora para consumo de refeições e descanso. O desrespeito à norma legal, de cunho imperativo, obriga o empregador a pagar a hora extra decorrente, por força do disposto no parágrafo 4º, que define a natureza salarial do título. Intervalos fracionados ou inferiores ao patamar legal, por frustrarem a intenção legal de assegurar o devido descanso do trabalhador e o consumo adequado de refeições, devem ser tidos como inexistentes e integralmente remunerados como hora extra. (TRT/SP - 00008317320125020381 - RO - Ac. 2ªT [20140070243](#) - Rel. ROSA MARIA VILLA - DOE 12/02/2014)

RECURSO

Fundamentação

PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. Não conhecimento do recurso. Os argumentos trazidos em sede recursal não são aptos a alterar a conclusão do julgado, pois não atacam especificamente os fundamentos da sentença. O recurso não observou princípios básicos que integram a legislação processual civil. Aplicável o entendimento consubstanciado na Súmula nº422, C.TST. (TRT/SP - 00025781420125020040 - AIRO - Ac. 11ªT [20140123703](#) - Rel. ADRIANA PRADO LIMA - DOE 25/02/2014)

AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO. O ataque específico aos fundamentos da decisão recorrida, de molde a demonstrar o desacerto do julgado a quo, é um dos pressupostos de admissibilidade recursal, conforme dispõe o artigo 514, II, do CPC. (Inteligência da Súmula nº 422 do C. TST). Recurso ordinário não conhecido. (TRT/SP - 00010826320135020088 - RO - Ac. 18ªT [20131398444](#) - Rel. MARIA CRISTINA FISCH - DOE 07/01/2014)

RECURSO DE REVISTA (EM GERAL)

Agravo de instrumento

"Conhecimento. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso interposto. Deixo de conhecer, contudo, da pretensão relativa a alteração da data de admissão da autora, já que referido erro material foi devidamente corrigido na sentença de embargos de declaração de fls. 256, não havendo falar, assim, em sucumbência. Fundamentação. Da extinção do processo sem julgamento do mérito. Depreende-se da análise dos autos que em 10.11.2009, a autora protocolou reclamação trabalhista contra a Recorrente, pleiteando reconhecimento de vínculo de emprego anterior ao registro, bem como seus consectários legais. Referida Ação Trabalhista foi autuada sob o nº 02201200938102006, e julgada procedente em parte pelo juízo de origem, oportunidade em que foi reconhecido o vínculo pleiteado e verbas trabalhistas dali decorrentes. Dessa decisão foi interposto Recurso Ordinário que teve seu provimento negado por este E. Regional. Por fim, até o presente momento, encontra-se pendente de julgamento o Agravo de Instrumento apresentado contra decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista da ré. Vale destacar que a Reclamação Trabalhista sub judice foi protocolada em 09.02.2010, visando a condenação da Reclamada no pagamento de férias integrais e proporcionais, décimo terceiro salário e FGTS, com multa de 40%. Teve seu processamento suspenso em duas oportunidades a fim de que houvesse julgamento definitivo da Ação Trabalhista acima citada. Pois bem. As alegações recursais foram formuladas no sentido de que a segurança jurídica da r. sentença atacada estaria comprometida já que condicionada ao resultado do Agravo de Instrumento supramencionado. Contudo, não se mostra razoável considerar tal premissa como verdadeira, já que, conforme corretamente destacado pelo juízo a quo, a interposição do Recurso de Agravo de Instrumento não tem o condão de suspender os efeitos da decisão a que se refere, circunstância que permite o curso regular da demanda até seus ulteriores atos. Além do que, eventual modificação no título executivo em que se baseia a presente ação, poderá ser objeto de insurgência da própria Reclamada nos presentes autos, não havendo falar, assim, em nulidade da sentença, ofensa à segurança jurídica, tampouco em iminente prejuízo à ré, máxime diante do momento processual de ambas as ações aqui citadas. Rejeito. Da suspensão do processo. In casu, é possível constatar que o juízo a quo suspendeu o andamento da presente ação por mais de nove meses, ou seja, por prazo que entendeu razoável diante da existência de ação conexa que estava pendente de julgamento nesse E. Tribunal. Nesse contexto, bem como da fase processual que se encontra o processo nº 02201200938102006, qual seja, aguardando julgamento no C. TST do Agravo de Instrumento interposto contra decisão que denegou o processamento do Recurso de Revista, conforme consulta realizada no sítio desta Justiça Especializada, não vislumbro qualquer ofensa ao direito da Recorrente no prosseguimento dos presentes autos, máxime porque, diante de eventual pronunciamento jurisdicional favorável a sua pretensão, poderá pleitear a adequação dos termos do r. decisum proferido. Rejeito." (TRT/SP - 00002468920105020381 - RO - Ac. 10ªT [20140144220](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 27/02/2014)

RECURSO ORDINÁRIO

Matéria. Limite. Fundamentação

RECURSO ORDINÁRIO. IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. ARTIGO 514, II, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. O artigo 514, II, do CPC, disciplina que a apelação interposta por petição conterá "os fundamentos de fato e de direito" com os quais a parte pretende reformar a r. sentença, requisito subjetivo ao conhecimento do recurso. O recorrente deve indicar as matérias que deverão ser apreciadas e atacar, especificamente, os fundamentos da sentença, mesmo que, no decorrer das razões, utilize-se, de argumentos já apresentados ao Juízo em peças anteriores. Assim, não se conhece de recurso quando não é feita exposição do direito e das razões do pedido de nova decisão. Recurso não conhecido. (TRT/SP - 01702008219955020471 - AP - Ac. 3ªT [20140000466](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 17/01/2014)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Médico

MÉDICA RADIOLOGISTA. CONTRATO VERBAL ATRAVÉS DE EMPRESA PRÓPRIA CONSTITUÍDA ANTES DA ADMISSÃO PELA RECLAMADA. NÃO COMPROVADA A SUBORDINAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A VÁRIAS EMPRESAS. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO VÍNCULO. Em que pese a proximidade entre a data de constituição da empresa própria e o início da prestação de serviços para as rés, não verifico a fraude. Ademais, a média remuneratória auferida pela reclamante é elevada se comparada aos ganhos salariais de uma empregada nas mesmas condições. Ausentes os requisitos para o reconhecimento da relação de emprego. Recurso ordinário da reclamada provido para reconhecer a improcedência dos pedidos veiculados na inicial. (TRT/SP - 00003367220115020087 - RO - Ac. 14ªT [20140139030](#) - Rel. MANOEL ANTÔNIO ARIANO - DOE 28/02/2014)

Subordinação

Vínculo de emprego reconhecido. Fraude contratual. A subordinação é o elemento central na configuração do vínculo de emprego e, in casu, esteve presente na relação mantida entre as partes. Pelo cotejo das provas, oral e documental, resta incontroverso que a Reclamante, trabalhou todo o tempo nas dependências da Reclamada, utilizando-se de materiais e equipamentos fornecidos pela "contratante", cumprindo escalas de trabalho predeterminadas, bem como está amplamente confirmada a subordinação hierárquica, com submissão da Autora às ordens de superiores da Ré (TRT/SP - 00022059120125020004 - RO - Ac. 4ªT [20131361486](#) - Rel. SERGIO WINNIK - DOE 10/01/2014)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Sociedade de economia mista. Matéria já superada na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 331, itens IV e V). A regra contida no art. 71 da Lei 8.666/93 não afasta as disposições legais de proteção ao trabalho. Não é dizê-lo inconstitucional, nem mesmo de forma indireta, mas sim que a interpretação do dispositivo, conforme a Constituição Federal e seus princípios fundamentais, é no sentido de que a lei não permite nem mesmo ao Poder Público a exploração do trabalho humano. Recurso

Ordinário da ré a que se nega provimento. (TRT/SP - 00007424920135020079 - RO - Ac. 11ªT [20131365821](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 07/01/2014)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO. O parágrafo 1º do artigo 67 da Lei nº 8.666 preceitua o mínimo que deverá o representante da Administração fazer para efetivamente acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviços. Assim, o disposto no parágrafo 1º do artigo 71 da mesma lei, apesar de ser reconhecido como constitucional pela Suprema Corte, não afasta a responsabilidade da Administração por verbas trabalhistas inadimplidas, pela única razão de que a esta cabe também cumprir os demais preceitos legais estatuídos na mesma norma. Evidente que se comprovasse a fiscalização ativa sobre os procedimentos da contratada, ficaria isenta de responder subsidiariamente pelo pagamento de tais verbas. (TRT/SP - 00026920720125020022 - RO - Ac. 14ªT [20140137801](#) - Rel. MANOEL ANTÔNIO ARIANO - DOE 11/03/2014)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços é inafastável, uma vez que é objetiva, fundada na teoria do risco empresarial, segundo a qual, utilizando-se o empreendedor de trabalho assalariado direta ou indiretamente para a concretização de seus objetivos empresariais, deve zelar e responder pelo cumprimento escorreito de suas obrigações trabalhistas e das pertinentes aos intermediários utilizados. Cabe ao tomador, neste sentido, o dever de fiscalizar o empregador no cumprimento de suas obrigações trabalhistas, sob pena de ser responsabilizado por culpa in vigilando e in eligendo. Nesse sentido, o entendimento contido na Súmula n.º 331, V, do C. TST. (TRT/SP - 00008212220125020060 - RO - Ac. 6ªT [20131378087](#) - Rel. RICARDO APOSTÓLICO SILVA - DOE 14/01/2014)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. INTERPRETAÇÃO DA LEI Nº 8.666/93 À LUZ DO ENTENDIMENTO DO E. STF. O E. Supremo Tribunal Federal, na decisão de mérito proferida nos autos da ADC nº 16, na sessão do dia 24/11/2010 (certidão de julgamento publicada em 3/12/2010 - DJE, e 6/12/2010 - DJE e DOU), concluiu que é mesmo constitucional o invocado artigo 71, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, o qual afasta a responsabilidade do ente público, tomador de serviços, pelo pagamento dos créditos trabalhistas do empregado da empresa prestadora de serviços, ressalvando, contudo, a competência do C. TST para, em cada caso concreto, conforme as provas e as circunstâncias, aferir se o administrador, efetivamente, deixou de fiscalizar o cumprimento do contrato de trabalho (culpa in vigilando), podendo, nesse contexto específico, aquela Corte Superior reconhecer a responsabilidade subsidiária com base em outras normas de direito. Recurso da 2ª reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 02219008020095020027 - RO - Ac. 8ªT [20140027216](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 04/02/2014)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

Não existe amparo legal para o pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes de acúmulo de função. (TRT/SP - 00022474220115020242 - RO - Ac. 17ªT [20140147793](#) - Rel. SUSETE MENDES BARBOSA DE AZEVEDO - DOE 28/02/2014)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

CPTM. ANUÊNIOS. INCORPORAÇÃO AOS SALÁRIOS. EFEITO CASCATA. A natureza salarial não é a nota distintiva do critério de cálculo dos anuênios, mas sim as disposições da fonte obrigacional instituidora. O salário nominal, sem quaisquer adicionais, constitui a base de cálculo, pena de caracterizar-se o indesejável efeito cascata. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00005720920135020037 - RO - Ac. 8ªT [20140082640](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 17/02/2014)